

Grupo de elite quer prender quem mandou matar Denadai

Um novo inquérito foi aberto ontem pela Polícia Federal, que vai investigar os mandantes do assassinato

O grupo de elite formado pelo Ministério da Justiça para combater o crime organizado do Estado instaurou ontem um novo inquérito para investigar e prender os mandantes do assassinato do advogado Joaquim Marcelo Denadai, ocorrido no dia 15 de abril, na Praia da Costa, em Vila Velha.

O inquérito, de número 199/2002, está sendo presidido por um delegado paulista da Polícia Federal, cujo nome está sendo mantido em sigilo. Ele chegou ao Estado na tarde de quarta-feira.

De acordo com a assessoria de imprensa da PF, as informações apuradas pela Polícia Civil e pelos promotores de Justiça do Estado poderão ser requeridas, caso o delegado ache necessário.

Um dos objetivos da missão especial é chegar aos mandantes e levá-los à prisão, bem como descobrir os motivos do assassinato.

Com esse novo inquérito, as investigações que estavam sendo realizadas pela força-tarefa passam a ser de competência da PF.

Durante as investigações realizadas pela PC, presidida pelo delegado Sérgio Almeida de Mello, da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), quatro pessoas foram presas, po-

rém apenas o soldado da PM Dalberto Antunes da Cunha continua na cadeia – os outros foram soltos por falta de provas.

Sérgio Mello encerrou o inquérito sem chegar aos mandantes do assassinato de Marcelo Denadai, mas pediu à Justiça que fosse mantida a prisão preventiva do soldado.

Dalberto foi preso no dia 19 de abril, depois de denúncias de testemunhas que contaram à polícia que o Gol branco dele foi visto deixando o local do crime.

Um dos promotores de Justiça da força-tarefa, Fábio Vello, disse ontem que durante as reuniões o grupo havia solicitado que um novo inquérito fosse instaurado e que um delegado federal assumisse o caso.

“O Ministério Público vai repassar todas as informações que foram apuradas. Nós, inclusive, chegamos a fazer um novo pedido de prisão preventiva de uma outra pessoa, porém decidimos não enviá-lo e deixar que a PF peça a prisão, se achar que convém”, disse Fábio Vello.

A decisão colocar o grupo de elite atrás dos mandantes do assassinato de Denadai foi tomada durante reunião do superintendente da PF, Tito Corrêa, com os delegados que participam da missão especial.

Major vai ser ouvida hoje

A Polícia Federal vai ouvir hoje o depoimento da major da Polícia Militar Fabrizia Antunes, mulher do soldado da PM Dalberto Antunes da Cunha. O horário do interrogatório, no entanto, não foi informado pela assessoria de imprensa da PF.

Dalberto é acusado de ser um dos executores do advogado Joaquim Marcelo Denadai, ocorrido no dia 15 de abril, na Praia da Costa, em Vila Velha.

O depoimento é para apurar a informação dada pela irmã do Marcelo Denadai, a também advogada Maria Aparecida Denadai, de que teria sido ameaçada pela major Fabrizia durante o sumário de acusação ocorrido no último dia 1º.

Aparecida Denadai declarou esse fato à juíza da 3ª Vara Criminal de Vila Velha, Maria Cristina Capanema Ferreira Ribeiro, durante o sumário de acusação do soldado Dalberto.

“A major parou na minha frente, a menos de 30 centímetros, no corredor (do Fórum de Vila Velha), e só não sacou a arma e atirou porque eu estava com os meus seguranças que, assim que perceberam, se aproximaram e ela se afastou”, afir-

mou Maria Aparecida em juízo.

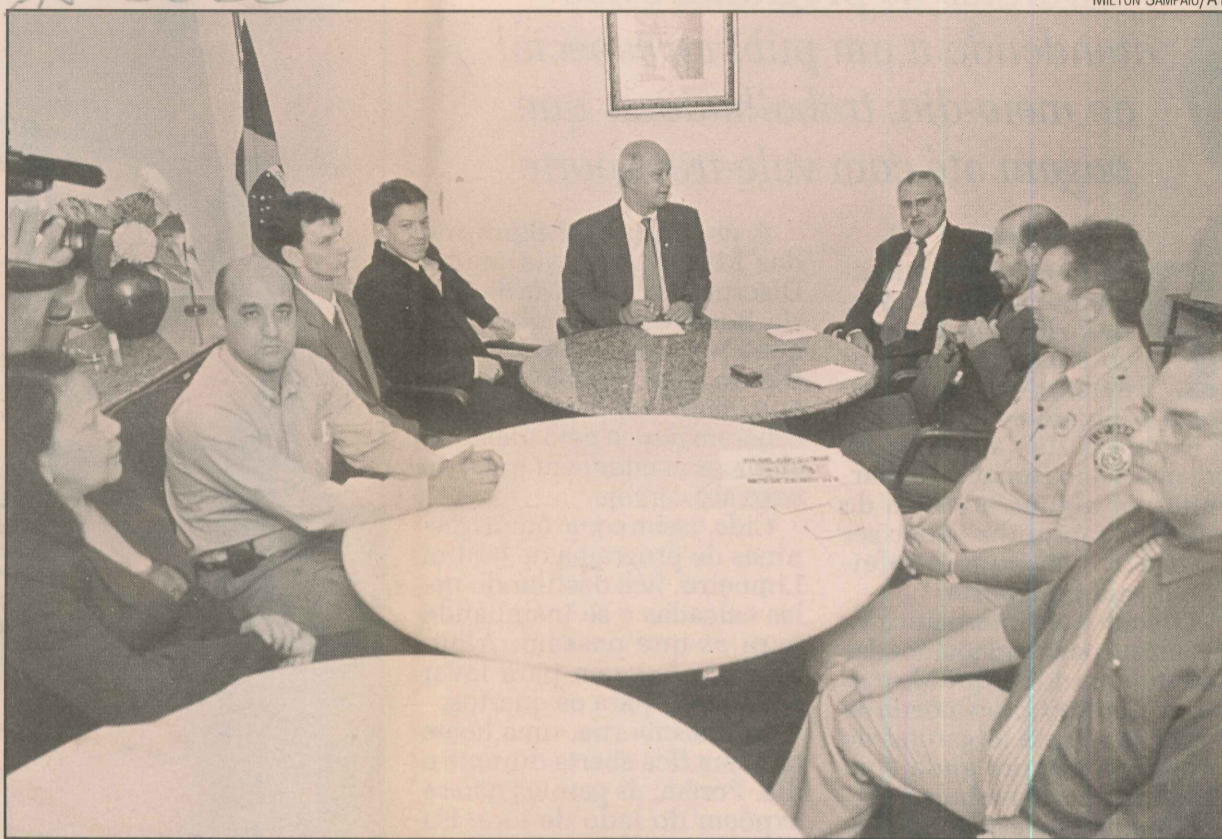
Diante dessa colocação, o advogado Durval Albert – que está defendendo o soldado Dalberto – perguntou, durante o depoimento, o que a major tinha feito para Aparecida Denadai achar que ela estaria lhe ameaçando.

A resposta de Aparecida Denadai foi: “Ela estava usando uma farda da PM e estava com as mãos na cintura em posição de alerta.”

Na época, Durval Albert disse que não viu a cena. “Foi mais um artifício usado para piorar a situação do soldado Dalberto. A major Fabrizia me disse que foi Aparecida Denadai quem olhou de forma ameaçadora para ela”, disse o advogado na ocasião.

Devido ao problema, a juíza Maria Cristina Capanema pediu que a major se retirasse do Fórum. A juíza determinou ainda aos PMs que estavam fazendo a segurança do local que fosse impedida a entrada de Fabrizia no Fórum naquele dia.

A denúncia também está sendo investigada pela Corregedoria da PM, segundo o corregedor Adilson Costa Barros.



Reunião de delegados decidiu colocar a missão especial na apuração do caso Denadai

Federal mantém sigilo nas investigações

A estratégia usada pela Polícia Federal para não atrapalhar as investigações sobre o crime organizado no Estado é manter sigilo absoluto das apurações.

Nem mesmo o dia em que os acusados e suspeitos, inclusive os do assassinato do advogado Joaquim Marcelo Denadai, irão depor na Polícia Federal foi revelado.

A informação de que os suspeitos serão intimados foi passada na tarde de quarta-feira pelo superintendente da Polícia Federal no Estado, delegado Tito Caetano Corrêa.

Mesmo diante do sigilo foi possível observar ontem que os agentes federais que chegaram ao Estado trouxeram na bagagem armas, coletes e escudos.

Ontem foi possível verificar ainda uma intensa movimentação de agentes federais entrando e saindo da sede da Polícia Federal. Eles entravam nas radiopatrulhas, algumas descaracterizadas, e saíam em busca de dados sobre o crime organizado.

Toda a equipe da Polícia Federal de Brasília – formada por 50 agentes, cinco delegados e dois peritos criminais – já está no Estado. Muitos já estão em atividade desde a última segunda-feira, quando chegaram ao Espírito Santo.

Além das investigações, alguns agentes estão dando proteção às pessoas ameaçadas pelo crime organizado.

Até o helicóptero Esquilo, prefixo PT-YSO, que chegou na quarta-feira a Vitória, já está à disposição dos federais, que vão procurar pistas clandestinas.

Disque-denúncia em ação

O disque-denúncia da missão especial da Polícia Federal (3314-4490) começou a funcionar às 16 horas de ontem e já recebeu várias informações sobre o crime organizado no Estado. Nas seis primeiras horas já havia recebido 28 denúncias.

Em vários casos, os denunciadores perguntavam o endereço para que, além das informações, sejam enviados documentos que comprovem a veracidade da informação.

O endereço para enviar documentos sobre o crime organizado é: avenida Vale do Rio Doce, nº 01, São Tor-

quato, Vila Velha. O CEP é 29.114-670.

Nas ligações, que podem ser feitas 24 horas por dia, as pessoas não precisam se identificar e mesmo que isso aconteça não é preciso temer, pois o nome não será revelado. O que importa é apenas a informação.

Entre os crimes que poderão ser denunciados estão os de homicídios ligados ao crime organizado e grupo de extermínios, tráfico de drogas e armas, sonegação fiscal e abusos contra o patrimônio público da União, corrupção, lavagem de dinheiro e contrabando.

LIGUE PARA 3314-4490

SERVIÇO

Desde as 16 horas de ontem o disque-denúncia da missão especial começou a funcionar. O serviço vai ser oferecido 24 horas por dia.

COMO FUNCIONA

A pessoa liga para o número 3314-4490 e, sem se identificar, denuncia crimes como: tráfico de drogas e armas, homicídios ligados ao crime organizado e grupos de extermínio, contrabando, sonegação fiscal e abusos contra o patrimônio público da União, corrupção e lavagem de dinheiro.

DIÁLOGO

Um atendente do disque-denúncia vai explicar ao denunciante o que é necessário para que ele faça a denúncia.

Fonte: Assessoria da Polícia Federal

ANONIMATO

Mesmo que a pessoa se identifique para um dos atendentes, pode ficar tranquilo, pois em hipótese alguma o seu nome será revelado.

Não precisa ter medo, pois os aparelhos, segundo a Polícia Federal, não possuem identificadores de chamada (bina).

DOCUMENTOS

Caso a pessoa, além da denúncia, queira enviar documentos que comprovem o que está afirmando, o atendente vai informar para qual endereço deverá ser remetido a documentação.

INVESTIGAÇÃO

Todas as informações serão investigadas pelos agentes federais e delegados da missão especial.